

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.173 - MG (2018/0094718-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ADILSON ROSA GOMES
ADVOGADOS : DIVALDO DE OLIVEIRA FLORES - MG056751
ANA PAULA FERREIRA BEDRAN - MG087843
JOSE FRANCISCO GOMES D AVILA - MG058320
AGRAVADO : HARMAN DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA E
PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : GILDO VIEGAS TAVARES - RS020072
RAFAEL STERZI DE CARVALHO - RS072740
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - MG096864N

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. FUNDAMENTOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ADILSON ROSA GOMES em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. MICROEMPRESA. PESSOA FÍSICA DO REPRESENTANTE LEGAL. LEGITIMIDADE ATIVA. RESCISÃO CONTRATUAL INDIRETA. CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. VIOLAÇÃO. JUSTA CAUSA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. - Sendo o representante comercial uma microempresa ou firma individual, confundem-se as pessoas física e jurídica, de modo que seu representante dispõe de legitimidade ativa para a cobrança de indenização por rescisão do contrato. - Nos casos em que a rescisão do contrato de representação comercial deu-se por justa causa, em razão da não observância da cláusula de exclusividade, contratada e formalizada expressamente pelas partes, caracterizada se encontra a

Superior Tribunal de Justiça

hipótese do art. 36, Alínea b, da Lei n° 4.886/65, sendo indevida a indenização prevista nos art. 27, "j", e 34 da referida lei, portanto. - O fato de a representada ter tolerado durante algum tempo da vigência do contrato a infidelidade do representante não caracteriza perdão tácito, tratando-se de ato de mera liberalidade, podendo ela, mediante notificação prévia, exigir o cumprimento da cláusula em seu favor estipulada. (e-STJ, fl. 2.876)

No recurso especial, o agravante alega violação aos artigos 489, § 1º, inciso IV, 99 e 1.022, do CPC/15, sustentando a necessidade de concessão da justiça gratuita e o exame dos documentos presentes nos autos.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, o agravante aponta a tese de omissão sustentando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a concessão da justiça gratuita e a inexistência de perdão tácito contratual. Alega, pois, malferimento do artigo 1.022, do CPC/15.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA PARTE VENCIDA.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Verificada a sucumbência mínima, caberá à outra parte, por inteiro, responder pelas custas e honorários advocatícios.

Superior Tribunal de Justiça

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no AgRg no REsp 1448042/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se)

RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)'.

(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011)

No caso dos autos, embora o Tribunal de origem não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Efetivamente, restou consignado que:

Conforme definido naquele julgamento, ressaltou-se a preclusão lógica do direito de o recorrente pugnar pelos benefícios da gratuidade da justiça, em razão do recolhimento do preparo, bem assim a efetiva violação à cláusula de exclusividade. Tal tese restou ademais, devidamente ementada, nos seguintes termos: "O fato de a representada ter tolerado durante algum tempo da vigência do contrato a infidelidade do representante não caracteriza perdão tácito, tratando-se de ato de mera liberalidade, podendo ela, mediante notificação prévia, exigir o cumprimento da cláusula em seu favor estipulada". (fls. 2.617). (e-STJ, fls. 2.910/2.911 - grifou-se)

Assim, ausente omissão no julgado. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses apresentadas durante um processo judicial, bastando que as decisões estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assim já se decidiu em diversos julgados, dentre os quais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. O ÓRGÃO JURISDICIONAL NÃO

Superior Tribunal de Justiça

ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES SE IMPERTINENTES À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. MÉRITO DO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. FORMAÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

II. O órgão julgador, como acentuado pelo entendimento pretoriano, não é obrigado a se pronunciar sobre todos os temas, mas apenas acerca daqueles relevantes e aptos à formação de sua convicção.

(...)

V. Agravo improvido.

(AgRg no Ag 1232500/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 06/09/2010 - grifou-se)

Ademais, o benefício garantido pelo art. 2º da Lei 1.060/50 visa garantir o direito constitucional de ação e acesso ao Poder Judiciário para todos os cidadãos, isentando do pagamento das custas processuais aos que não podem arcar com essas despesas, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família. Contudo, tal benefício é voltado àqueles que materialmente não podem arcar com as despesas processuais.

Sobre o tema, compartilho do entendimento de que a necessidade de prova da situação de hipossuficiência econômica emana da própria Constituição Federal, nos termos do art. 5º, inc. LXXIV, que assim dispõe: "*o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*".

A assistência judiciária não se reveste do caráter de benevolência, mas se apresenta como meio necessário à viabilização do acesso igualitário a todos os que buscam a prestação jurisdicional. Por conseguinte, por não se tratar de um ato de caridade, deve restar criteriosamente concedido.

Assim, o Tribunal de origem proferiu a sua decisão de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é possível, de ofício, o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita pela ausência de prova do

estado de hipossuficiência.

Ademais, é consabido que, apesar do benefício da justiça gratuita poder ser pleiteado a qualquer tempo, bastando a simples afirmação de que não está em condições de arcar com as despesas processuais, cuida-se de afirmação com presunção relativa, podendo o magistrado indeferir a gratuidade se encontrar, na análise do suporte fático trazido aos autos, fundamentos que contrariem o estado de hipossuficiência da parte requerente.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PESSOA JURÍDICA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO PELO JUIZ. REVISÃO NO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta presunção relativa, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. Matéria de fato insusceptível de reexame em recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a pessoa jurídica que pretende se valer das benesses da assistência judiciária gratuita precisa comprovar o efetivo estado de necessidade (Súmula 481/STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 432961 / RJ. **Quarta Turma, Rel. Ministra **Maria Isabel Gallotti**. DJe 15/04/2014 - grifou-se)**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- Por não se tratar de direito absoluto, porquanto a declaração de pobreza implica simples presunção juris tantum, pode o magistrado, se tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado, exigir-lhe que faça prova de sua situação.

2.- A revisão do Acórdão recorrido, que indefere o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, demanda reexame do conjunto fático-probatório delineado nos autos,

Superior Tribunal de Justiça

providência inviável em âmbito de Recurso Especial, incidindo o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

3.- O recurso não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

*4.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 422555 / MS. **Terceira Turma**, Rel. Ministro **Sidnei Beneti**. DJe 10/12/2013 - grifou-se)*

O Tribunal de origem consignou que:

*Por fim, no tocante ao pedido de concessão da justiça gratuita, impõe-se indeferi-lo, vez que o apelante efetuou o preparo recursal, medida incompatível com a benesse pleiteada, **além de existir nos autos indícios de força financeira por parte do apelante de arcar com os ônus sucumbenciais.** (e-STJ, fl. 2.884 - grifou-se)*

Portanto, a pretensão do agravante esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, pois o Tribunal de origem firmou sua fundamentação na análise do conjunto fático probatório constante dos autos, de forma que, para reformar decisão objurgada seria necessário o revolvimento fático-probatório dos autos, o que é inviável na via recursal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO QUADRO FÁTICO CONSTANTE NOS AUTOS. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem concluiu que não houve alteração na condição de hipossuficiência da parte agravada, que enseje a revogação do benefício de assistência judiciária gratuita. A inversão de tal entendimento, demandaria, necessariamente, o reexame fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 7/STJ.

2. Agravo Regimental do DETRAN-DF desprovido.

*(AgRg no AREsp 468.035/DF, Rel. Ministro **Napoleão Nunes Maia Filho**, Primeira Turma, julgado em 22/04/2014, DJe*

Superior Tribunal de Justiça

08/05/2014 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, indeferiu o benefício da assistência judiciária gratuita. A modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, como ora perseguida, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 486303 / SP. *Quarta Turma*, Rel. Ministro **Raul Araújo. *Quarta Turma*. DJe 13/05/2014 - grifou-se)**

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. VERIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 319696 / PE. *Terceira Turma*, Rel. Ministro **João Otávio de Noronha. DJe 28/06/2013)**

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator